

O DESAFIO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PARNAMIRIM–RN

THE CHALLENGE OF SPECIALIZED EDUCATIONAL SERVICES IN MUNICIPAL SCHOOLS IN PARNAMIRIM–RN

Gizelda Torres de Souza¹
Alysson Filgueira Milanez²

RESUMO

A presente pesquisa focou no Atendimento Educacional Especializado (AEE) em duas instituições de ensino no Bairro de Nova Parnamirim, Parnamirim–RN, envolvendo quatro professoras que atuam em turnos distintos. Os dados foram coletados por meio de questionários e diálogos com as professoras. Após a análise de dados, obtiveram-se as conclusões apresentadas a seguir. Quanto ao funcionamento do AEE, na Escola X, o atendimento ocorre uma vez por semana no turno matutino, com duração de 50 minutos para 16 alunos, e no turno vespertino, com horários variados, atendendo 22 alunos; já na Escola Y, o atendimento é realizado duas vezes por semana, com sessões de 50 minutos, para 19 alunos no matutino e 18 no vespertino. Ambas as instituições mostram flexibilidade no cronograma, adequando-se às necessidades dos alunos, conforme as diretrizes da Resolução N.º 01/2017. As principais dificuldades incluem a alta demanda por atendimento, a frequência irregular de alguns alunos e os desafios na adaptação curricular. A Escola X mencionou problemas com a quantidade de alunos e a necessidade de formação continuada, enquanto a Escola Y destacou dificuldades no diagnóstico inicial e a falta de recursos adequados, embora reconheça a boa colaboração entre professores e a constante atualização dos métodos. Ambas as escolas reconhecem a importância de materiais adequados, especialmente em Tecnologias Assistivas, e apontam a necessidade de renovação constante desses recursos. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) contribui para a aquisição de materiais, mas ainda há demandas não totalmente atendidas. As professoras observaram melhorias na concentração, compreensão das demandas acadêmicas, socialização e autonomia dos alunos. O AEE tem sido crucial para a inclusão e o desenvolvimento das habilidades dos alunos com deficiência. A colaboração entre professores do AEE e do ensino regular é eficaz, com troca constante de informações e planejamento colaborativo. A relação com as famílias é essencial, com constante comunicação e apoio para reforçar o desenvolvimento das habilidades dos alunos. Pontos fortes incluem a parceria com famílias e a estruturação das salas de recursos. Pontos fracos envolvem a falta de inovação e a dificuldade de acesso a terapias necessárias para alguns alunos. A localização das escolas facilita o acesso, mas a dificuldade financeira dos familiares e a carência de recursos especializados ainda são desafios significativos. Essa análise evidencia a importância do AEE na promoção da inclusão escolar, ao mesmo tempo, em que ressalta a necessidade de melhorias na infraestrutura e no suporte às famílias para otimizar o atendimento e desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Educação Especial. Atendimento Educacional Especial. Inclusão.

ABSTRACT

¹ dedinha.gizelda@gmail.com

² alysson.milanez@ufersa.edu.br

This research focused on Specialized Educational Services (SEAs) in two educational institutions in the neighborhood of Nova Parnamirim, Parnamirim-RN, involving four teachers who work in different shifts. Data were collected through questionnaires and dialogues with the teachers. After data analysis, the following conclusions were obtained. Regarding the functioning of the SEAs, at School X, the service occurs once a week in the morning shift, lasting 50 minutes for 16 students, and in the afternoon shift, with varied times, serving 22 students; at School Y, the service is provided twice a week, with 50-minute sessions, for 19 students in the morning and 18 in the afternoon. Both institutions show flexibility in the schedule, adapting to the needs of the students, according to the guidelines of Resolution No. 01/2017. The main difficulties include the high demand for services, the irregular attendance of some students and the challenges in curricular adaptation. School X mentioned problems with the number of students and the need for ongoing training, while School Y highlighted difficulties in initial diagnosis and the lack of adequate resources, although it acknowledges the good collaboration between teachers and the constant updating of methods. Both schools recognize the importance of adequate materials, especially in Assistive Technologies, and point out the need for constant renewal of these resources. The Direct Money in School Program (PDDE) contributes to the acquisition of materials, but there are still demands that are not fully met. Teachers observed improvements in concentration, understanding of academic demands, socialization, and autonomy of students. AEE has been crucial for the inclusion and development of skills of students with disabilities. Collaboration between AEE and regular education teachers is effective, with constant exchange of information and collaborative planning. The relationship with families is essential, with constant communication and support to reinforce the development of students' skills. Strengths include the partnership with families and the structuring of resource rooms. Weaknesses involve the lack of innovation and the difficulty of accessing necessary therapies for some students. The location of schools facilitates access, but financial difficulties for families and the lack of specialized resources remain significant challenges. This analysis highlights the importance of AEE in promoting school inclusion, while also highlighting the need for improvements in infrastructure and support for families to optimize the care and development of students with disabilities.

Keywords: Special Education. Specialized Educational Services. Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco relatar os desafios enfrentados pelos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) no bairro de Nova Parnamirim, Parnamirim-RN. Este bairro conta com seis instituições de ensino municipais, sendo uma escola que atende à etapa do ensino fundamental I, três instituições na modalidade de ensino fundamental I e II, e dois centros infantis que assistem às crianças de creche e pré-escola.

Dentre essas instituições, há duas onde funciona a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), chamadas de escola-polo, que realizam o Atendimento Educacional Especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculadas no ensino regular. Dessa forma, a relevância desta

pesquisa está em conhecer como funciona o Atendimento Educacional Especializado nas escolas públicas municipais de Parnamirim–RN, no bairro de Nova Parnamirim.

Relataremos as dificuldades e desafios que os professores das Salas de Recursos Multifuncionais enfrentam no cotidiano escolar e no exercício de sua função, destacando as políticas públicas para a implantação e implementação do AEE. O objetivo geral é analisar e relatar como ocorre o Atendimento Educacional Especializado no referido bairro. Para isso, utilizamos uma abordagem qualitativa, com coleta de dados por meio de um questionário.

Compreendemos que as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) são espaços que devem estar localizados nas escolas públicas de educação básica, onde ocorre o Atendimento Educacional Especializado para atender o público-alvo da Educação Especial (PAEE) em todas as modalidades de ensino. As SRM contam com equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos capazes de potencializar o processo de escolarização dos estudantes. Percebemos a importância do espaço SRM e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ambiente escolar para a inclusão social, ao contribuir para amenizar as barreiras no processo educativo das pessoas com deficiência, possibilitando experiências desafiadoras para o desenvolvimento das habilidades e a ampliação do conhecimento. Como destacam Schirmer et al. (2007, p.18):

“O ambiente escolar promove desafios à aprendizagem. Privar uma criança ou um jovem dos desafios da escola é impedi-lo de se desenvolver. Não podemos aprisionar nossa concepção equivocada de limitação. O estudo da plasticidade neural vem demonstrar que o ser humano é ilimitado e que, apesar das condições genéticas ou neurológicas, o ambiente tem forte intervenção nesses fatores. Quanto mais o meio promove situações desafiadoras ao indivíduo, mais ele vai responder a esses desafios e desenvolver habilidades perdidas ou que nunca foram desenvolvidas. Uma criança com atraso no desenvolvimento motor ou com outras dificuldades, quando incluída em um ambiente escolar inclusivo, tem inúmeras razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente segregado.”

Sabemos que o papel da escola é incluir todos os alunos no processo educativo, respeitando e valorizando suas diferenças, independentemente de suas limitações, considerando os ritmos e a individualidade, proporcionando um ambiente acolhedor para atender à diversidade dos estudantes desde o início do processo educativo. Segundo Santos e Araújo (2011, *apud* RANGEL, 2011, p.126): “A escola inclusiva deve possibilitar um espaço verdadeiramente democrático, garantindo condições objetivas de permanência que se distinguem pela inclusão multidimensional e não pela mera inserção física, para além do simples acesso [...]”.

Dessa forma, percebemos a importância de considerar a realidade de cada instituição, suas especificidades e singularidades, na perspectiva de construir novos saberes e práticas que promovam uma aprendizagem significativa para todos os estudantes, pois

promover uma educação inclusiva é, de fato, dar acesso às múltiplas possibilidades de aprendizagem.

Nesse contexto, foram introduzidas as Salas de Recursos Multifuncionais, com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com o propósito de complementar ou suplementar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular. Conforme definido no Art. 5º da Resolução n.º 4/2009 do MEC/CNE (BRASIL, 2009):

“O Atendimento Educacional Especializado é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado também em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios.”

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) em nosso país está assegurado pela Constituição Federal de 1988, foi garantido pelo Decreto 6.571/2008 e ratificado pela Resolução n.º 4/2009 do Conselho Nacional de Educação (CNE), baseado nas diretrizes da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Pressupõe que o atendimento ocorra prioritariamente na escola de ensino regular, funcionando no turno inverso da escolarização. Conforme o Art. 2º da Resolução n.º 4/2009: “[...] o AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.”.

O Atendimento Educacional Especializado deve ser planejado de forma colaborativa e participativa com todos os profissionais envolvidos no processo educativo, pois, juntos, podemos fazer a diferença no desenvolvimento da aprendizagem das crianças com altas habilidades e superdotação. A parceria dos professores do ensino regular com os especialistas do AEE é fundamental para organizar um ambiente escolar que estimule a criatividade e a participação dos alunos nas atividades escolares, possibilitando a sistematização do conhecimento e a ampliação do currículo.

Desse modo, a Resolução n.º 4, de 02 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, surgiu para estabelecer as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na Educação Especial, nomeado da seguinte forma:

Art. 1º Para a implementação do Decreto n.º 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento

Educacional Especializado (AEE), ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública, ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação aqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

No Art. 3º, a Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional. É necessária a parceria dos professores do ensino regular com os especialistas do AEE, planejando de forma colaborativa e participativa para organizar um ambiente escolar que estimule a criatividade e a participação dos alunos nas atividades escolares. Juntos, podem fazer a diferença no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias, recursos pedagógicos e tecnologia assistiva (TA) para promover a adequação e o acesso ao currículo em condições de igualdade, possibilitando a sistematização do conhecimento, favorecendo a conquista de sua autonomia e inclusão social. O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) define as tecnologias assistivas como:

“A Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social” (CAT, 2006).

Dessa forma, compreendemos que as TA se constituem em produtos e serviços que auxiliam as pessoas com deficiência a realizarem tarefas diárias de forma autônoma e independente no seu cotidiano. Na Sala de Recursos Multifuncionais, o espaço da escola deve estar provido de materiais didáticos pedagógicos e de tecnologia assistiva para ocorrer o Atendimento Educacional Especializado de forma significativa e efetiva, com um profissional especializado para atender as pessoas com deficiência matriculadas na rede pública.

Com relação à formação do professor que atua no AEE, a referida Resolução 04/2009 estabelece no Art. 12: “O professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial.” Percebemos que

esta formação inicial pode ser bastante diversa, diante da diversidade e especificidade dos estados e municípios. Ainda conforme a resolução, destacamos em seu Art. 13 as atribuições do profissional que atua no Atendimento Educacional Especializado:

I — Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II — Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III — Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na Sala de Recursos Multifuncionais; IV — Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V — Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI — Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII — Ensinar e usar a tecnologia assistiva para ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII — Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Neste sentido, compreendemos que a articulação e a colaboração de todos os atores envolvidos no processo educativo para adequação do trabalho pedagógico contribuem sistematicamente para o desenvolvimento das habilidades dos alunos com deficiência e a melhoria na qualidade de vida.

2. OBJETIVOS

Esta seção apresenta os objetivos da presente pesquisa.

2.1 Geral

Analisar e relatar como acontece o atendimento educacional especializado nas salas multifuncionais no bairro de Nova Parnamirim, no município de Parnamirim-RN.

2.2 Específicos

Descrever como ocorre o atendimento educacional especializado para os alunos do ensino infantil e do ensino fundamental I e II.

Levantar as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam no atendimento educacional especializado nas salas multifuncionais.

Verificar os recursos e as ferramentas disponíveis para os professores que atuam no atendimento educacional especializado.

Descrever os avanços no processo educativo das crianças da pré-escola atendidas no atendimento educacional especializado nas salas multifuncionais.

Compreender a relação do professor da sala multifuncional – AEE, como o professor da sala regular.

Verificar, mediante entrevistas com os professores, os pontos fortes e fracos do atendimento educacional especializado na sala multifuncional.

3.METODOLOGIA

Como o propósito de relatar como acontece o Atendimento Educacional Especializado (AEE), nas salas de recursos Multifuncionais no bairro de Nova Parnamirim, no município de Parnamirim–RN, foi realizado um questionário aberto com questões subjetivas para verificarmos quais as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais (SRM).

Participaram da pesquisa quatro professores que atuam nas salas de Recursos Multifuncionais, das duas escolas polos que funcionam como Atendimento Educacional Especializado do referido Município no bairro de Nova Parnamirim. As perguntas do questionário foram entregues às professoras no formato impresso e também via WhatsApp. As perguntas estão disponíveis no Quadro 1.

Quadro 1 – Perguntas do questionário realizado com os professores da SRM.

1- Como ocorre o atendimento educacional especializado para os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I e II, na sala de Recurso Multifuncional? (horário, cronograma, número de alunos).
2- Quais as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar no Atendimento Educacional Especializado?
3- As Salas Multifuncionais têm materiais e ferramentas adequadas para atender os alunos com deficiência, de acordo com as suas necessidades?
4- Quais os avanços que ocorreram no processo educativo dos alunos que frequentam a sala multifuncional?
5- Como ocorre a parceria do professor da sala regular, com o professor do Atendimento Educacional Especializado? (Planejamento)
6- Qual a relação da família, do aluno com o professor da sala multifuncional?
7- Quais os pontos fortes e os fracos do Atendimento Educacional Especializado no cenário do bairro de Nova Parnamirim, no município de Parnamirim–RN?

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário foi respondido pelos professores que fazem o Atendimento Educacional Especializado nas SRM de duas instituições de ensino, sendo duas professoras do turno matutino e duas do turno vespertino, no município de Parnamirim–RN, no Bairro de Nova Parnamirim. A coleta dos dados ocorreu através das respostas dos questionários e do diálogo das professoras com a discente pesquisadora.

No momento das discussões dos dados coletados, descrevemos como funciona o AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais nas duas instituições. Em cada instituição, temos duas docentes por turno (Matutino e Vespertino), definiremos que: professoras da escola X e professoras da escola Y, pois exporemos as respostas do questionário e depois faremos a análise dos dados e posterior discussão.

Na questão 1, as professoras da escola “X” e da “Y” da Sala de Recursos Multifuncional responderam da seguinte forma:

Professoras da escola X: a primeira resposta: O atendimento ocorre uma vez por semana, durante 50 minutos. Atendemos quatro escolas do polo. Atualmente, atendemos 16 alunos pela manhã. A segunda resposta: O atendimento ocorre no contra turno. São 60 minutos de atendimento semanal ou 1 hora e meia, ou duas horas quinzenais. Podemos atender individualmente ou agrupar as PCDs consoante a deficiência e a demanda. Atendemos 5 crianças do Ensino Infantil e 17 alunos do Fundamental no turno vespertino.

As professoras da instituição Y sobre a referida questão: Primeira resposta: Os atendimentos ocorrem no contraturno da Sala de Aula Regular, duas vezes por semana, com duração de cinquenta minutos, individualmente ou em pequenos grupos. Atendemos 19 alunos no matutino. Segunda resposta: Estamos atualmente com 18 estudantes matriculados no turno vespertino. Atendemos estudantes da unidade de ensino, que frequentam o Ensino Fundamental I no contraturno, e estudantes do CMEI vizinho à escola. A sala de recursos funciona de segunda a sexta nos turnos matutino e vespertino. Organizamos os atendimentos individualmente ou em pequenos grupos conforme as necessidades dos estudantes, público-alvo da educação especial.

Constatamos na primeira discussão do questionário que as professoras fazem o possível para atender as necessidades dos estudantes, organizando o horário do atendimento, individualmente ou em grupo para complementar, ou suplementar as necessidades dos alunos com deficiência, atendendo no contraturno, buscando amenizar as barreiras para os alunos terem acesso ao currículo do ensino regular através dos Atendimentos Educacionais Especializados. Percebemos que o horário do atendimento tanto da escola X, como da escola Y, são flexíveis, pois o atendimento acontece uma ou duas vezes por semana para atender às necessidades dos estudantes, pois constatamos haver alunos que necessitam de mais tempo de atendimento. Conforme a Resolução N.º 01/2017 — CME/1ª CA criado pela Lei n.º 1.192/2003 e consolidado pela Lei n.º 1.294/2006, no uso de suas atribuições legais e com base na Constituição Federal de 1988, que estabelece as diretrizes e procedimentos para o AEE na Educação Básica, na modalidade de Educação Especial no Sistema de Ensino

Municipal de Ensino de Parnamirim–RN. Destacamos no Art. 8º, nos incisos I e II da referida resolução:

Art. 8º O horário de atendimento ao discente, na Sala de Recursos Multifuncionais, deverá ser no contra turno ao qual este está matriculado e frequentando a sala regular. I. O atendimento educacional especializado deverá ser realizado por cronograma. Poderá ser individual ou em grupos, para oferecer o suporte necessário às necessidades educacionais especiais dos discentes, consoante a área específica, favorecendo seu acesso ao conhecimento; II. O cronograma de atendimento deve ser flexível, organizado e reorganizado sempre que for preciso, consoante as necessidades educacionais dos discentes.

As professoras que atuam nas salas de recursos multifuncionais, dentro do possível e segundo a realidade, buscam cumprir as demandas estabelecidas na Resolução N.º 01/2017 – CME/1ª CA.

O funcionamento e organização das salas multifuncionais estão contemplados no projeto político pedagógico da escola. Em concordância com o Art. 10º da Resolução n.º 4/2009, do MEC /CNE (BRASIL, 2009), prioritariamente nos incisos I, II, III, IV e V.

O Projeto Político Pedagógico — PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização: I — Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e acessibilidade e equipamentos específicos; II — Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III — Cronograma de atendimento aos alunos; IV — Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V — Professores para o exercício do AEE;

Na questão 2, as professoras da escola “X” e da “Y” da Sala de Recursos Multifuncionais esclareceram suas maiores dificuldades no AEE.

As professoras da escola X responderam da seguinte forma: Primeira resposta: Uma das principais dificuldades enfrentadas no AEE é a quantidade de alunos (laudados ou não) que necessitam de atendimento e a infrequência de alguns deles por vários motivos (não moram perto da escola, não tem quem os traga, porque os pais trabalham. A segunda resposta: A maior dificuldade é a adaptação do currículo e das avaliações. É necessário haver formações, pesquisas e atualização das metodologias nas salas regulares para que de fato ocorra a inclusão.

As professoras da instituição Y sobre a referida questão: Primeira resposta: As dificuldades mais relevantes são quanto ao processo inicial de observação, investigação e diagnóstico do aluno, para daí se apropriar das melhores estratégias para se trabalhar com o aluno. Segunda resposta: Não observo dificuldades quanto ao atendimento educacional especializado, acredito que temos diversos desafios importantes para o trabalho com as

pessoas com deficiência, procuramos sempre nos atualizar no que concerne às deficiências dos estudantes matriculados para desenvolver um trabalho de qualidade.

Diante das análises da segunda questão da entrevista, referente às dificuldades enfrentadas pelos professores do AEE no cotidiano escolar, cada professora descreveu uma dificuldade diferente no atendimento aos seus alunos. Uma professora relatou que a maior dificuldade enfrentada no AEE é a quantidade de alunos com deficiência, pois se sabe que neste bairro, o lócus da pesquisa tem seis instituições de ensino e somente duas Salas de Recursos Multifuncionais para atender 75 alunos com deficiência. Segundo a Resolução N.º 01/2017 — CME/1ª CA, que estabelece o AEE no município de Parnamirim–RN, no artigo 9º nos incisos I, II e III:

Art. 9º O discente frequentará a Sala de Recursos Multifuncionais o tempo necessário para superar as dificuldades (adquirir autonomia) e obter êxito no processo de aprendizagem na sala regular. I. O desligamento do discente da Sala de Recursos Multifuncionais se dará quando for conquistada sua autonomia, estando regularmente matriculado, e deverá ser formalizado por meio de relatório pedagógico elaborado pelo professor especializado, juntamente com a equipe pedagógica, devendo ficar arquivado na pasta individual do discente. Ou em caso de o mesmo não ser público-alvo deste serviço especializado; II. O número de atendimento pedagógico deverá ser de 2 (duas) a 4 (quatro) vezes por semana, com tempo de atendimento de até 50 minutos diários; III. Cada Sala de Recursos Multifuncionais deverá atender semanalmente em média de 15 a 17 discentes com deficiência.

Nessa perspectiva constatamos que as professoras da SRMs, buscam superar os desafios enfrentados no cotidiano para atender da melhor forma os alunos com deficiência, organizando o horário conforme a sua realidade (número de alunos PAEE) fazendo o possível para atender todas as crianças matriculadas no ensino regular desse bairro, mas precisamos cobrar do poder público para a implantação de novas salas de Recursos Multifuncionais para o bairro de nova Parnamirim–RN. Outra dificuldade relatada foi sobre a adaptação do currículo e das avaliações. Compreendemos a necessidade da adaptação curricular e das avaliações para os alunos, público-alvo da educação especial (PAEE), para o desenvolvimento de suas habilidades e do processo de aprendizagem, para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social.

Consideramos que, para construir uma instituição educacional humanizada com princípios de inclusão para todos os estudantes, é necessário a colaboração e participação de todos envolvidos no processo educativo, para a efetivação da inclusão na prática cotidiana. Segundo DECHICHI, 2001 apud MIRANDA, 2008, p.40,

[...] o princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos alunos, ao contrário do que acontece hoje, quando os alunos têm que se adaptar à escola. E ainda, a inclusão não se limita ao atendimento aos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais, mas demonstra

apoio a todos que fazem parte da escola: professores, alunos e pessoal administrativo.

Sabemos da necessidade de transformar a escola em um espaço verdadeiramente inclusivo, que respeite as diferenças e a individualidade, possibilitando um ambiente acolhedor para que as pessoas com deficiência tenham oportunidade de acesso ao currículo escolar para o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidade. Mas para que isso ocorra é necessário que todos os profissionais da educação participem de formação continuada em serviço.

Ainda sobre o comentário da segunda questão sobre as dificuldades vivenciadas no cotidiano no atendimento educacional especializado a professora descrever sobre a infrequência de alguns alunos, por motivos pessoais dos pais, que não conseguem deixar o aluno no contraturno, prejudicando o processo de ensino e aprendizagem desses alunos. A equipe da escola, juntamente com a professora do AEE, busca alternativas possíveis na realidade para amenizar a ausência de alguns alunos com deficiência no AEE. A outra dificuldade está relacionada no que se refere ao processo inicial de observação, investigação e diagnóstico do aluno, para daí se apropriar das melhores estratégias para se trabalhar com o aluno. Compreendo ser necessária uma observação cuidada das atitudes e comportamento desses alunos, e buscar estratégias e materiais variados para a melhoria do atendimento. Por último, a professora informou que não tem dificuldade no AEE, tem apenas alguns desafios, que é aprofundar seus conhecimentos no estudo das deficiências.

No que se refere à questão 3, as professoras da escola “X” e da “Y” responderam da seguinte forma sobre os materiais e recursos necessários para o AEE.

As professoras da escola X responderam da seguinte forma: Primeira resposta: Os materiais apropriados para o atendimento a este público até existem, no entanto, são necessários novos materiais, periodicamente, tendo em vista novas situações recebidas e engajamento dos alunos antigos. Segunda resposta: Sim, tem bastante material, os recursos chegam com frequência.

As professoras da instituição Y sobre a referida questão: Primeira resposta: Temos alguns materiais, mas é preciso a renovação mais constante de novos materiais que surgem no mercado, principalmente quanto a Tecnologia Assistiva; no entanto, nos profissionais das SRMs procuramos sempre está produzindo matérias segundo as necessidades dos nossos alunos. Segunda resposta: Sim, desde a implantação da sala em nossa unidade de ensino recebemos muitos recursos conforme os estudantes matriculados no CENSO Escolar. Além

do envio direto de alguns recursos pedagógicos, também são enviados recursos financeiros pelo PDDE Acessibilidade, revertidos em melhorias para a sala.

Tanto as professoras da escola X e escola Y, descreveram que existem materiais e recursos pedagógicos nas SRMs, sendo necessário a renovação dos mesmos, principalmente as Tecnologias Assistivas, para melhor atender as necessidades dos alunos com deficiência. Sabemos da relevância desses recursos e materiais para o desenvolvimento do processo educativo dos alunos PAEE- (Público Alvo de Educação Especial), para possibilitar à sua autonomia na realização das atividades diárias, melhorando a qualidade de vida e inclusão social.

Consideramos que o Programa **Dinheiro Direto na Escola (PDDE)** Sala de Recursos é uma iniciativa do governo federal brasileiro que tem como propósito favorecer a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais ou com deficiência. O programa fornece recursos financeiros diretamente às escolas públicas de ensino fundamental e médio para a criação e manutenção de salas de recursos multifuncionais. Como definido na Resolução:

A Resolução CD/FNDE/MEC n.º 15, de 07 de outubro de 2020, dispõe sobre a destinação de recursos financeiros para equipar **salas de recursos multifuncionais e bilíngues de surdos**, destinadas ao atendimento educacional especializado, visando à aquisição ou adequação de itens que compõem essas salas, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola — PDDE, a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da Educação Básica, conforme o Programa Escola Acessível.

A Lei garante o programa do PDDE para a fomentação dos recursos financeiros para a criação e manutenção das salas multifuncionais, mas percebemos ser necessário cobrar do poder público para a efetivação das inovações de recursos pedagógicos e a manutenção das SRMs e também a instalação de novas salas no bairro de nova Parnamirim no de município. Visto que este bairro tem 6 unidades de Ensino Municipal, constatamos que só funcionam duas SRMs para atender a demanda do Público Alvo de Educação Especial matriculados no referido bairro.

Na questão 4, as professoras da escola “X” e da “Y” responderam sobre os avanços dos alunos no processo educativo dos alunos com deficiência que frequentam o AEE.

As professoras da escola X responderam da seguinte forma: Primeira resposta: Avanços na capacidade de concentração durante as atividades pedagógicas e de compreensão das demandas acadêmicas. São exemplos de cunho geral que podemos citar como sendo importantes. Segunda resposta: A acessibilidade dos atendimentos e materiais. A chegada de

uma equipe como profissional de apoio, estagiários e a professora da sala de recursos multifuncionais aumenta a cada ano no município de Parnamirim.

As professoras da instituição Y sobre a referida questão: Primeira resposta: De forma geral, os alunos atendidos nas SRMs apresentam melhor desenvolvimento na aprendizagem dos conhecimentos e principalmente quanto a socialização e independência, no qual acreditamos ser o mais relevante para o convívio e sua vida adulta. Segunda resposta: Verificamos avanços no que se refere às dificuldades de aprendizagem, ao desenvolvimento da leitura e escrita, aos conhecimentos lógico-matemáticos, à autonomia e em atividades da vida autônoma.

Diante das discussões e análise das devolutivas dessa questão, que enfatiza os avanços no processo educativo dos alunos que participam do AEE nas salas de Recursos Multifuncionais, tanto as professoras da escola X com da escola Y relataram serem inúmeros os avanços que os alunos com deficiência desenvolvido no decorrer do AEE nas salas SRMs, como: a socialização com os colegas e as professores, autonomia nas atividades propostas.

Compreendemos que essas salas de Recursos Multifuncionais são indispensáveis para as práticas educativas inclusivas no contexto atual da educação, ao possibilitarem oportunidade de aprendizagem que atenda às necessidades dos alunos com deficiência, viabilizando a superação de suas dificuldades. Vale ressaltar que o AEE ocorre na própria escola onde os alunos estão matriculados no ensino regular ou em escolas próximas da sua residência, como estabelece a Resolução N.º 4/2009 do artigo 5º supracitado anteriormente. Destacamos ainda, que de acordo com essa resolução em seu artigo 10º, inciso I, no que se refere a organização da sala de recursos multifuncionais “um espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade, equipamentos específicos” e professores com formação na área.

Nessa perspectiva, percebemos a importância do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento das habilidades e potencialidade dos alunos com deficiência, mas para haver uma evolução no processo de ensino e aprendizagem, na autonomia do aluno, é necessário a colaboração e a parceria de todos envolvidos nesse processo (professor de ensino regular, professor da SRMs, a família, Profissional de Apoio escolar, estagiários a equipe gestora da instituição) todos esses agentes devem estar articulados para haver a efetivação da inclusão no ambiente escolar. A declaração de Salamanca, em seu art. 57, defende sobre a orientação da parceria e apoio entre a direção escolar, professores, afirmando que:

A educação de crianças com necessidades educacionais especiais é uma tarefa a ser dividida entre pais e profissionais. Uma atitude positiva da parte dos pais favorece a integração escolar e social. Pais necessitam de apoio para poderem assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades especiais. O papel das famílias e dos pais deveria ser aprimorado através da provisão de informação e de treinamento em habilidades paternas, constituindo uma tarefa importante em culturas onde a tradição de escolarização seja pouca.

Nesse sentido, compreendemos a relevância de um trabalho articulado com todos os profissionais envolvidos no processo educativo para o avanço e desenvolvimento dos alunos PAEE. Sendo necessário que a instituição escolar oriente as famílias e auxilie no decorrer do processo educativo.

Com relação à questão 5, sobre a parceria da professora da sala regular e a professora do AEE, as docentes da escola “X” e da “Y” responderam da seguinte forma:

As professoras da escola X responderam da seguinte forma: Primeira resposta: Estamos em constante contato, trazendo informações pertinentes aos avanços no processo educativo dos nossos alunos, de modo a planejar as etapas dos trabalhos desenvolvidos com o mesmo. Segunda resposta: No dia do planejamento do professor da sala regular, planejamos com eles e mantemos contato pelas tecnologias.

As professoras da instituição Y sobre a referida questão: Primeira resposta: Parceria ocorre de forma sistemática, a partir da avaliação do professor de Sala de Aula e o Professor da SRMs; trocamos as informações e realizamos o planejamento das melhores estratégias que supram as necessidades do aluno. Segunda resposta: Através do diálogo com os demais professores colaborativamente, de momentos formativos e de orientação quanto às necessidades de cada estudante.

Diante das discussões e análises das referidas questões, percebemos que tanto a instituição X com a Y, descreveram que acontece no cotidiano escolar o trabalho coletivo com a professora do ensino regular e a professora do AEE, no momento do planejamento as professoras trocam ideias e informações sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência e buscam estratégias para melhorar e atender as necessidades dos alunos.

Entendemos que a parceria dos professores do ensino regular com os especialistas do AEE, é fundamental para organizar um ambiente escolar que estimule a criatividade e a participação dos alunos nas atividades escolares, possibilitando a sistematização do conhecimento e a ampliação do currículo. Buscaremos primeiramente fazer um diagnóstico das necessidades e interesse dos alunos. Como define Pereira (2014), conhecer os estudantes,

identificar características de aprendizagem, conhecer os interesses e potencialidades torna-se imprescindível para o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

Na questão 6, as professoras da escola “X” e da “Y” relataram da seguinte maneira sobre a relação da família com o professor do AEE.

As professoras da escola X responderam da seguinte forma: primeira resposta: A relação da professora do AEE com as famílias é sempre estreita, tendo em vista que, dentro do possível, pedimos auxílios às famílias no reforço das habilidades que queremos desenvolver. Segunda resposta: Antes de iniciar o atendimento do estudante com PCD (Pessoa com Deficiência), realizamos uma entrevista chamada de anamnese com os familiares do estudante. E no decorrer dos atendimentos, mantemos contato pelas tecnologias.

As professoras da instituição Y sobre a referida questão: Primeira resposta: A relação deve ser de constante parceria, desde o momento da acolhida e entrevista do familiar, para que os encaminhamentos do que deve ser feito possam ter retorno; ocorrendo assim confiança do trabalho realizado na SRMs. Segunda resposta: A relação entre as famílias e a professora da sala de recurso é de parceria e envolvimento com o propósito de favorecer os avanços necessários aos estudantes matriculados.

Diante dos resultados e discussão, estamos cientes de que, nas duas escolas, a relação da família com o professor da sala multifuncional é de colaboração entre ambos para melhor atender o aluno com deficiência. Sabemos que essa parceria é de fundamental importância, pois a família é o primeiro grupo social que a criança conhece, podendo auxiliar o profissional do AEE a conhecer o aluno (suas preferências e dificuldades) pois só a família pode revelar particularidades da criança auxiliando o profissional a compreender o aluno além das informações pesquisadas sobre determinado transtorno ou síndrome.

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina a participação da família junto à escola em seu art.53, quando ressalta que:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes: Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Dessa forma, a família precisa compreender o seu papel no processo educativo do seu filho, pois deve acompanhar e participar das atividades pedagógicas do seu filho na escola, pois é através dessa participação que os professores têm a oportunidade de conhecer melhor seu educando e suas especificidades, surgindo a partir daí uma troca de informações a fim de possibilitar o melhor aprendizado.

Na questão 7, as professoras da escola “X” e da “Y” descreveram os pontos fracos e fortes do AEE.

As professoras da escola X responderam da seguinte forma: Como pontos fortes, a parceria com as famílias e colegas professores; como pontos fracos, a ausência de inovação de recursos e infrequência de alguns alunos.

Segunda resposta: Como pontos fortes, ter um trabalho pedagógico pensando neste público nas unidades de ensino. As leis e as resoluções vêm crescendo nos últimos tempos, amparando as Pessoas com deficiências (PCDs). As equipes multidisciplinares aumentaram nas escolas públicas. Já como pontos fracos, temos poucas formações em serviço e continuada para os professores da sala regular. Carência no sistema único de saúde de mais profissionais, que atendam esta demanda que vem aumentando a cada ano. Falta de metodologia e adequação do currículo para o atendimento dos alunos com deficiência nas salas regulares.

As professoras da instituição Y sobre a referida questão: primeira resposta: O ponto forte é pela escola se localizar no bairro que faz divisa com Natal; portanto os familiares conseguem se locomover com mais facilidade para procurar ajuda de profissionais na área da saúde, quando a escola alerta sobre essa necessidade. Assim, a maioria dos alunos atendidos na SRMs na escola Y, já possui laudo e busca por terapias que lhes são necessárias. Já o ponto fraco é ainda a dificuldade que os familiares têm em conseguir, pelo SUS, as terapias necessárias das quais os filhos precisam e a grande maioria não possui condições financeiras de arcar esses gastos, isso acaba acarretando atraso ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Segunda resposta: Considero que a localização da unidade de ensino é ótima, favorecendo o acesso aos estudantes matriculados. Temos uma sala bem estruturada, com boa iluminação e ventilação, e dispomos de boa quantidade de recursos pedagógicos e de acessibilidade para o trabalho com nossos estudantes.

As respostas das professoras das escolas X e Y oferecem uma visão detalhada sobre os pontos fortes e fracos do AEE em suas respectivas instituições, destacando aspectos comuns e específicos de cada contexto.

Semelhanças: Ambas as escolas identificam a importância da localização e da estrutura das salas como pontos fortes, refletindo a relevância de um ambiente bem equipado

e acessível. Além disso, a colaboração com as famílias é valorizada como um aspecto positivo, evidenciando o papel crucial das parcerias na inclusão escolar.

Diferenças: Enquanto a Escola X foca na falta de inovação e na frequência irregular dos alunos, a Escola Y enfrenta desafios relacionados ao acesso a terapias e à formação continuada dos professores. A Escola Y também destaca a boa estrutura física e os recursos pedagógicos como um ponto forte, uma área que não foi especificamente mencionada pela Escola X.

Essas diferenças sugerem que, embora ambas as instituições compartilhem alguns desafios comuns, como a necessidade de melhores recursos e suporte, elas enfrentam contextos e dificuldades distintas que devem ser abordadas de forma específica. A Escola X pode se beneficiar de maior inovação e estratégias para melhorar a frequência dos alunos, enquanto a Escola Y precisa de soluções para a questão financeira e para o desenvolvimento profissional contínuo dos professores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise destaca a importância do AEE na promoção da inclusão escolar e no desenvolvimento dos alunos com deficiência. No entanto, evidencia-se a necessidade da implantação de novas salas de recursos multifuncionais. Como também, melhorias na infraestrutura das salas e nas inovações de materiais e no suporte às famílias.

Para otimizar o atendimento e o desenvolvimento dos alunos, é crucial investir em formação contínua para os profissionais, atualizar constantemente os recursos e garantir um suporte financeiro e logístico mais eficaz. As informações obtidas fornecem uma base sólida para futuras intervenções e políticas que visem aprimorar o AEE e assegurar uma educação inclusiva de qualidade.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, S. A. de P. **Atendimento educacional especializado**. Mossoró: [Editora], 2015. 68 p. ISBN 978-85-5757-005-4.

BRASIL. **Acessibilidade — Presidência da República — Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Capítulo VII - Art. 61. p. 70. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. **PDDE Interativo: Sala de Recursos.** Disponível em: <https://pddeinterativo.mec.gov.br/sala-de-recursos>. Acesso em: 01 ago. 2024.

COMITÊ DE AJUDAS TÉCNICAS - CAT. **Portaria nº 142, de 16 de novembro de 2006.** Brasília, 2006.

FERREIRA, R. C.; SILVA, L. M. **O impacto da formação contínua de professores para a inclusão de alunos com deficiência.** *Eixos Tech*, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://mis.pas.ifsuldeminas.edu.br/index.php/eixostech/article/download/386/228>. Acesso em: 01 ago. 2024.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO.** Cadernos de História da Educação, n.7, p.29, jan/dez. 2008.

PEREIRA, Patrícia. **Educação para o futuro da escola pública,** Porto Alegre, V,n.36,p.30-37,dez/jan 2014.

SANTOS, Eliane; FARIAS, João; CARAUÇAS, Daniel. **A educação do campo e a formação de professores: desafios e perspectivas.** 2016. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/39399/2404382/SANTOS%3B+FARIAS%3B+CARAU%C2%B4BAS+-+2016.2.pdf/51ee3594-b96a-4dd4-a002-bc6e6a1788e9>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SANTOS, Maria; OLIVEIRA, João; PEREIRA, Ana. **FORMAÇÃO DOCENTE PARA O USO D A TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .CINTED- Novas Tecnologias na Educação**[S.l.], v. 12, n. 3, p. 45-60, jul. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/53558/33057>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SCHIRMER, *et al.* **Atendimento educacional especializado para a deficiência física.** In: _____. Atendimento educacional especializado: deficiência física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

VIEIRA, *et al.* **A parceria da família com a escola nas intervenções do atendimento educacional especializado.** *Europub Journal of Multidisciplinary Research*, ano 2021. DOI: 10.55033/ejmr2n1-001.

